

A AÇÃO DO PODER PÚBLICO EM EDUCAÇÃO FRENTE A EXPANSÃO TERRITORIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Rui Anderson Costa Monteiro

Universidade Nove de Julho, São Paulo, São Paulo, Brasil

Miguél León Gonzalez

Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, São Paulo, Brasil

Dirce Harue Ueno Koga

Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: É constante a procura por um bom lugar nos centros urbanos, assim como a falta de acesso aos recursos necessários em locais distantes da centralidade, situação esta comum para a maioria da população. Com o fenômeno da periferização, o Estado se viu na obrigatoriedade de fornecer meios para a manutenção mínima de sobrevivência do indivíduo, sendo a educação uma destas necessidades básicas do ser humano. Através de revisão de literatura, este trabalho buscou contextualizar a ação do Governo do Estado de São Paulo na área da educação frente ao processo de crescimento territorial em sentido à periferia. Não se discutiu as questões de qualidade do ensino, mas ferramentas para a universalização da educação básica através do estabelecimento de escolas cada vez mais distantes.

Palavras-chave: Território. Educação. Poder Público.

Introdução

Desde o início da era industrial na Europa, a procura pelo lugar estratégico para se estabelecer como cidadão nos grandes centros urbanos é uma constante, porém é fato a inviabilidade de moradia e acesso aos recursos necessários em locais de centralidade nos grandes municípios sem que haja muitos investimentos, situação esta, distante para a maioria da população.

O objetivo do referido trabalho consiste em contextualizar a expansão territorial na cidade de São Paulo e as ações do poder público em relação ao fenômeno da periferização, mais especificamente no que se refere às políticas na área da educação pela esfera administrativa estadual.

A sociedade contemporânea tende a criar cada vez mais opostos acentuados em relação ao acesso a serviços básicos para o indivíduo, conforme o crescimento populacional nas periferias das grandes cidades.

Este trabalho consiste em uma revisão de literatura visando à análise do significado e da representação que a ocupação periférica tem em São Paulo. A proposta também é a de analisar o efeito da ocupação territorial para as extremidades (periferização) e sua relação com a educação, isto é, descrever e explicar o fenômeno de regularidade de implantação de estabelecimentos de ensino conforme o crescimento e estruturação dessas regiões. Como fonte primária, baseamo-nos nas informações da Coordenadoria de Educação da Grande São Paulo, disponíveis no site da Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo.

Inicialmente é importante refletirmos sobre o significado e o conceito de território. Este consiste no lugar, local onde se tem objetivos e se quer realizar propostas. É o ambiente de significado que caracteriza o povo que ali se manifesta por meio do seu cotidiano com cultura, trabalho, lazer, convívio social e etc.

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um quadro simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos. (SANTOS, 2002, p.82).

Para que neste território se tenha significado, é necessária a população, e esta necessita de suporte básico e assistência, sendo uma das principais: a educação. A educação é capaz de mudar a caracterização do indivíduo e torná-lo um cidadão pleno, consciente de seu papel no contexto social.

A educação é a mudança do comportamento com origem na célula básica da sociedade (família), passando pelas instituições de referência (escola) e sendo lapidada no convívio social (mundo). Segundo o MEC, educação consiste no:

Processo de desenvolvimento de aptidões, de atitudes e de outras formas de conduta exigidas pela sociedade. Processo globalizado que visa à formação integral de uma pessoa, para o atendimento às necessidades e às aspirações de natureza pessoal e social. (BRASIL, 1981, p. 144)

Diante do exposto, é possível iniciarmos nossas discussões sobre a relação que queremos estabelecer: Território, Educação e Poder Público.

A história

A sociedade em geral tem seu retrospecto registrado no campo, na zona rural, deixando os grandes centros para os que dominam as informações, com posse e meios para uma melhor condição de vida. Com o início da era industrial na Europa em 1750, o comportamento humano passou a se alterar frente à utilização de máquinas na substituição da mão-de-obra. A partir disto foi crescente o fenômeno do êxodo rural e da ocupação nas regiões mais próximas das fábricas. Uma das grandes mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico foi a concentração dos trabalhadores próxima as indústrias, com o objetivo de facilitar o acesso ao trabalho e melhorar as condições de vida.

Este fenômeno passou a inchar os grandes centros, diminuir a oportunidade a todos e a elevar o efeito da periferização, uma vez que o território central ficou mais valorizado e disputado pelos empregadores e investidores, impedindo a chance de aquisição para os menos favorecidos.

Como o campo não oferece o que se tem na cidade, e como a cidade não consegue absorver todos que migram do campo, cria-se a necessidade, por parte das famílias, de explorar lugares estratégicos para permanecerem com seus empregos, próximas das cidades grandes e sem sofrer com o risco de ter que voltar para a região de origem. Como resultado deste fenômeno, há o aumento demográfico periférico.

[...]o fenômeno da expansão territorial urbana não é recente. O que destacamos é que, no decorrer do século XX, verificou-se a acentuação da suburbanização, ainda que essa dinâmica tenha novas determinantes e características. Esse processo,

entretanto, reforçou a estruturação urbana do tipo centro-periferia. (SPOSITO, 2004, p. 119)

A periferia é o produto da exploração dos menos favorecidos frente à necessidade de criar e manter um local mínimo de sobrevivência numa moradia. Como já explicado, na ausência de recursos e espaços para permanecerem próximas ao centro e na impossibilidade de retornar às raízes, as populações passaram a se concentrar em locais que acreditavam ser viáveis, mesmo que sem muita estrutura.

Segundo Abramovay (1999), o conceito de periferia, na visão urbanística, é o espaço urbano, afastado do centro, com infra-estrutura social deficiente. Isto é, de maneira mais geral e direta, é a localização afastada do centro, com famílias menos favorecidas, necessitadas de assistências, de melhor estrutura social, econômica, educacional, cultural, ambiental, saúde e entre outras.

Concomitantemente à reflexão deste conceito, é possível refletirmos sobre o significado de centralidade, pois, há muito tempo tínhamos como referência o principal centro da cidade, uma vez que em épocas mais antigas, as periferias não eram tão grandes e populosas, o centro era único, era o “centro da cidade”.

Atualmente, o que é central? O que é periférico? A sociedade está mais desenvolvida, o número populacional aumentou e o produto e a prestação de serviços estão cada vez mais próximos do consumidor. Com isto temos, dentro da mesma cidade, diversos centros comerciais e de referência, logo, diversas periferias.

[...]a partir dos anos 1990, grandes shoppings e hipermercados têm também se instalado, de forma dispersa, nas periferias da cidade, junto a grandes eixos de acessibilidade, muitas vezes em área de urbanização incompleta. Essa territorialização, que justapõe grandes shopping centers, pequenos estabelecimentos de comércio e serviços em assentamentos residenciais populares, produz uma nova espacialidade da desigualdade, constituindo uma estrutura em que convivem a fragmentação e a dualização. (ROLNIK; JUNIOR, 2001, p. 49).

Isso pode ser explicitado da seguinte maneira: atualmente o centro da cidade de São Paulo está “inchado” através de congestionamentos e fluxo de pessoas. Como em vários lugares conseguimos as mesmas facilidades e acessos, o bairro de Santo Amaro, hoje, passa a ser uma referência de centro na zona sul, assim como Santana para a zona norte, Tatuapé na zona leste e Lapa, na zona oeste.

Dentro desta perspectiva, vimos então fazer referência à ação do poder público para estas necessidades conforme se acentua o crescimento periférico, destacando a questão da educação, pois a expansão periférica tem exigido do Estado atitudes incisivas, rápidas e eficazes na luta para diminuir o *déficit* na qualidade de vida das pessoas que ali vivem e perpetuam suas características e seus dogmas.

Não basta o Estado estruturar o local com ruas asfaltadas e saneamento básico sem proporcionar acesso à saúde, bem como não adianta fomentar oportunidades de empregos se não existem pessoas qualificadas para ocupá-los, desta forma seguimos acreditando que uma sociedade sólida para o crescimento tem sua base na educação.

Ação do poder público (Estado) na educação

É importante considerar que a Constituição Federal, em seu artigo 205, descreve que a educação é direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Dentro desta perspectiva,

torna-se coerente entender que são necessárias políticas constantes na área educacional a fim de fazer cumprir tal dispositivo.

A oferta de educação é necessária, não só pelas determinações legais, mas também pelo fato de que dentro de um Estado não existe crescimento, produtividade e expansão sem uma sociedade minimamente educada.

[...]o direito a ela não está vinculado necessariamente a um processo de democracia política [...] [mas] à necessidade de um mínimo de instrução para os trabalhadores tomarem parte do processo produtivo. A extensão da educação a todos, então, é também uma necessidade econômica, uma necessidade do processo produtivo. (MARTINS, 1990 apud GONÇALVES, 2008, p. 152).

Dessa forma, São Paulo, a principal metrópole do Brasil não pode se permitir ficar alheia em questões de tamanha importância e influência. De certa maneira, além de referência econômica, esta unidade federativa precisa ser ícone intelectual. Este conhecimento não pode estar restrito aos com melhores condições financeiras, precisamos subsidiar minimamente nossa sociedade e nossa mão-de-obra sobre conhecimento, através de informação democratizada.

Assim, como o movimento em direção à periferia tem aumentado muito, principalmente nos grandes centros, o poder público precisa instalar muitas escolas para suprir a carência na área educacional, esta é uma realidade da cidade de São Paulo.

A fim de ilustrar tal política, a Coordenadoria de Ensino da Secretaria da Educação de São Paulo, responsável pelas escolas da Capital e Grande São Paulo, possui 2170 escolas, atendendo 2.721.901 alunos.

Com a ocupação cada vez mais incisiva e distante da nossa cidade, a Secretaria de Educação dividiu a responsabilidade administrativa na capital em 13 (treze) Diretorias de Educação, como segue:

Tabela 1: Distribuição das Diretorias de Educação da Secretaria de Estado no Município de São Paulo (COGSP).

DIRETORIA	BAIRRO	DIRETORIA	BAIRRO
NORTE – 1	Perdizes	CENTRO	Casa Verde
NORTE – 2	Parada Inglesa	CENTRO SUL	Vila Gumercindo
LESTE – 1	Tatuapé	CENTRO OESTE	Sumaré
LESTE – 2	Itaim Paulista	SUL – 1	Brooklin
LESTE – 3	Pq do Carmo	SUL – 2	Campo Belo
LESTE – 4	Vila Matilde	SUL – 3	Socorro
LESTE – 5	Pq da Mooca		

Fonte: São Paulo (1999)

Dentre todas estas Diretorias de Educação, fazemos referência às Diretorias Leste-2 e Sul-3, que administram as escolas dos bairros mais distantes da região central do Município de São Paulo, são eles respectivamente: Jardim Santa Amélia (37 Km) e Engenheiro Marsilac (50 km).

Com isto, queremos enfatizar a ação do Governo do Estado de São Paulo diante da expansão periférica. São mais de 1100 (mil e cem) escolas públicas estaduais só na Capital e na sua maioria, localizadas na periferia.

É possível percebermos que apesar da distância existente entre o real e o que se tem de ideal para uma estrutura de benefícios para a manutenção de serviços básicos para a população carente e afastada, a educação tem sido uma preocupação governamental, tendo em vista que, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (BRASIL, 1996) e, mais recente, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), o Estado trabalha mais em torno das políticas da criação de vagas e acesso à educação, se comparado ao quesito qualidade.

Considerações finais

É fato que a população aumentou consideravelmente em número; a sociedade se desenvolveu e, com isso, todos, sem exceção, buscaram um “lugar ao sol”, mas, é latente que, infelizmente, isto não foi possível porque é visível a olho nu a falta de espaço e oportunidade para todos.

A cidade não é a mesma de anos atrás; cresceu para os extremos, exigindo, neste contexto, assistência e infra-estrutura, fato este que exige do Estado uma ação eficaz e rápida para equilibrar condições mínimas de sobrevivência. Segundo Telles e Cabanes (2006, p. 60) “[...]exigindo uma ordem de soluções que desafia os poderes públicos às voltas com restrições de recursos e fragilização dos instrumentos de política urbana[...]”.

Dentro desta perspectiva e na proposta deste trabalho, o que consideramos é que, mesmo com limitações, desproporções, equívocos na administração, entre outros fatores, a política educacional de estabelecimento de unidades escolares estaduais para atender a camada mais pobre e distante do município paulistano tem se efetivado, como ressaltado no quadro esquemático, sem considerar os aspectos voltados à qualidade do ensino, mas com o foco na busca pela universalização da educação básica.

Referências

ABRAMOVAY, M. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Serviço de Estatística Educacional**. Cuiabá: SEC/MT. Rio de Janeiro: FENAME, 1981. Disponível em <http://www.inep.gov.br/pesquisa>. Acesso em 13/jun/2009.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Institui do Plano Nacional de Educação 2001-2010. Brasília, DF, 2001.

GONÇALVES, N. G. **História, Estado e Educação: uma leitura sobre o Estado brasileiro (1971-2000)**. Educar, Curitiba, Editora UFPR, n. 31, p. 145-165, 2008. Disponível em www.scholar.google.com.br. Acesso em 28/mai/2009.

ROLNIK, R.; JUNIOR, H. F. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências.** Cadernos Metrópole n. 6, pp. 43-66, 2º sem. 2001. Disponível em <http://observatoriodasmetropoles.net>. Acesso em 22/ju/2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão: O vol. 8.** Editora USP. São Paulo. 2002.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo. **Mapa Interativo COGSP.** Decreto Nº 43.948, de 9 de abril de 1999. Disponível em <http://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em 13/jun/2009.

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil.** Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, n. 54, pp. 114-139. Coyoacán, México, 2004.

TELLES, V. S; CABANES, R. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios.** Associação Editorial Humanitas. São Paulo, 2006.

THE ACTION OF PUBLIC AUTHORITIES IN EDUCATION FRONT TERRITORIAL EXPANSION IN THE CITY OF SÃO PAULO

Abstract: It is constant demand for a good place in urban centers, as well as lack of access to resources in distant places of centrality, a situation common to most of the population. With the phenomenon of suburbanization, the State found itself in the obligation to provide a means for maintaining minimum survival of the individual, with education being one of the basic needs of human beings. Through literature review, this study sought to contextualize the action of the State of Sao Paulo in education regarding the process of territorial growth direction to the periphery. Not discussed the issues of teaching quality, but tools for universal basic education by establishing schools increasingly distant.

Keywords: Territory. Education. Government.

LA ACCIÓN DE LAS AUTORIDADES PÚBLICAS EN EDUCACIÓN EN FRENTE DE LA CIUDAD DE EXPANSIÓN TERRITORIAL DE SÃO PAULO

Resumen: Es constante demanda de un buen lugar en los centros urbanos, así como la falta de acceso a los recursos en lugares distantes de la centralidad, una situación común a la mayoría de la población. Con el fenómeno de la periferia, el Estado estaba en la obligación de proporcionar los medios para el mantenimiento mínimo de la supervivencia del individuo, con la educación es una de las necesidades básicas de los seres humanos. A través de revisión de la literatura, este estudio trata de contextualizar la acción del Estado de Sao Paulo en la educación sobre el proceso de dirección de crecimiento territorial de la periferia. No examinó las cuestiones de calidad de la enseñanza, pero las herramientas para la educación básica universal para el establecimiento de escuelas cada vez más distantes.

Palabras-clave: Planificación. Educación. Gobierno.

Endereço para correspondência:
ruianderson@ig.com.br
Rui Anderson Costa Monteiro
Universidade Nove de Julho.
Rua Diamantina, 302
Vila Maria
02117-010 - São Paulo, SP - Brasil